

INTERFACES DA IMIGRAÇÃO HAITIANA CONTEMPORÂNEA PARA O BRASIL: “RAÇA” COMO MARCADOR COLONIAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Washington Luiz Dos Santos Assis - was.assis_unir@yahoo.com.br
Dr Estevão Fernandes - estevaofernandes@gmail.com (Orientador)
Universidade Federal de Rondônia

OBJETOS E OBJETIVOS

A proposta desta comunicação é apresentar o resultado de uma etnografia realizada desde o ano de 2014, na cidade de Porto Velho, Rondônia. Nele discuto as interfaces da imigração haitiana contemporânea para o Brasil utilizando teorias pós-coloniais e decoloniais, a fim de refletir sobre os processos de hierarquização das relações envolvendo imigrantes haitianos na Região Amazônica. O objetivo deste texto é possibilitar uma discussão sobre as influências do sistema colonial enquanto campo discursivo na constituição de desigualdades (“raciais”, de origem e “de classe”) na Amazônia ocidental brasileira.

METODOLOGIA

Durante a pesquisa, buscou-se compreender as interfaces da imigração haitiana contemporânea na Amazônia ocidental brasileira, no contexto da cidade de Porto Velho, Rondônia. O trabalho foi construído sob duas dimensões de reflexão, uma com a finalidade de compreender a racialização das relações no Brasil e no Haiti, e a outra para discutir sobre a influência do sistema colonial nas interfaces da imigração haitiana contemporânea para o Brasil. Somente a partir dessas dimensões pude refletir sobre a constituição da ideia sociopolítica de “raça” como marcador colonial na Amazônia ocidental brasileira e os efeitos da colonialidade nas interfaces da imigração haitiana em Porto Velho. Para a primeira análise utilizei textos de Thomas Skidmore (1976), Lilia Moritz Schwarcz (1993), Nina Glick-Schiller e Georges Fouron (1997), Joseph Handerson (2015), e Geraldo Cotinguiba e Marília Pimentel (2014); para a segunda, textos de autorxs pós-coloniais e decoloniais, como Frantz Fanon (1968), Homi Bhabha (2013), Walter Mignolo (2009), Ramon Grosfoguel (2008), e Luciana Ballestrin (2013). A produção dos dados foi realizada por meio de depoimentos, entrevistas e conversas informais com interlocutores haitianos.



A DIÁSPORA HAITIANA E O BRASIL

Desde o ano de 2011, o número de imigrantes haitianos tem crescido consideravelmente no Brasil. A Amazônia brasileira tem se configurado como uma das principais portas de entradas desses imigrantes, boa parte deles indocumentados. O principal acesso desses indivíduos para a Região são as cidades de Brasiléia-AC, Assis-Brasil-AC e Tabatinga-AM (COTINGUIBA & PIMENTEL, 2014). Estima-se que na cidade de Porto Velho vivam hoje mais 2.000 imigrantes haitianos. No entanto, ainda que se busque dados exatos sobre essa imigração, é muito difícil obter um número confiável, pois a mobilidade haitiana tem motiva-

ções socioculturais variadas, além de possuir características e dinâmismos próprios. Dentre os diversos motivos encontrados para explicar a diáspora haitiana consideramos de maior relevância o trabalho, embora esse não seja o único, pois muitos haitianos migram para estudar, conhecer lugares novos e ter experiências de viagens, visando se tornar um grande viajante. Como aponta Handerson (2015, p. 331), todo haitiano sonha em um dia poder migrar para outro país. Desde criança os haitianos sonham em ser um *gros dyaspora* (grande diáspora), “sonham partir para ir ao encontro do paraíso tão sonhado, [mas] muitos dos que chegam *aletranje*, percebem viver melhor no Haiti do que lá”. (grifo meu)

MARCAS DA COLONIALIDADE

As concepções em torno da ideia de “raça” na formação do imaginário social de brasileiros e haitianos, embora possuam gêneses distintas, apresentam grande influência da ideologia difundida pelo colonialismo no sistema-mundo a partir do século XVI, tornando-se um dos princípios organizadores das estruturas sociais (GROSFUGUEL, 2008), e no Brasil e no Haiti não foi diferente. Pois, enquanto no Brasil as estruturas se fundamentaram em teorias evolucionistas (eugenistas e darwinistas, por exemplo, como aponta Schwarcz, 1993) utilizando fenótipos como cor da pele, textura dos cabelos e outros sinais físicos visíveis (QUIJANO, 2000), no Haiti a racialização das relações se estruturou de forma não biologizada (HANDERSON, 2015). Para a sociedade haitiana, negro e mulato não são categorias raciais e sim classes sociais, assim sendo, todo cidadão haitiano é considerado negro (*nèg*), independente de seu fenótipo ou cor da pele (GLICK-SCHILLER e FOURON, 1997), ser negro ou mulato no Haiti é uma posição ou categoria social; enquanto ser branco está relacionado – dentre outros fatores – a um conjunto de comportamentos sociais e culturais esperados, cujos parâmetros são, invariavelmente, valores e costumes ocidentais eurocentrados.

“RAÇA”, UM MARCADOR COLONIAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Como indica Ballestrin (2013, p. 101), “a identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial, produzida e reproduzida pela colonialidade do poder”. Na pesquisa realizada, essas faltas e excessos foram verificados na constituição de desigualdades relacionadas às inter-relações de imigrantes haitianos e brasileiros em Porto Velho. Isso, por que a lógica racista do sistema colonial segue permeando o imaginário social desses dois grupos, causando o deslocamento de imigrantes haitianos para uma zona periférica de “não-poder” e “não-ser”.



A título de exemplo, trago um trecho de uma entrevista gravada com um imigrante haitiano em junho de 2015. Segundo o interlocutor o fato ocorreu em 2011, primeiro ano de sua chegada ao Brasil.

Eu estava trabalhando para uma empresa que chamava Virtual, que prestava serviço pro Gerencial, um cara, todo dia, ele está me xingando [ofensas racistas] (grifo meu).

Eu era ajudante e ele era profissional.

Um dia não aguentei, eu chegar e falar: cara, eu vem aqui no Brasil e eu tenho dois motivos...

... Ai ele nem deixa eu falar e diz: você tem motivo nenhum, você está é no seu país passando fome.

Ai eu respondi: Oh! Cara vou falar sério pra tu, vambora acabar com isso hoje...

Então fui procurar o engenheiro pra falar, mas tive dificuldade porque não era bem assim que eu falava, faltava palavra para explicar...

Ai ele [engenheiro, na tentativa de amenizar] falou assim para mim: Guerby eu gosto muito de você, você é trabalhador. É estrangeiro, é NEGRO CLARO...

E eu falei! Como assim?

Não tem isso não engenheiro, negro é negro!

No trecho do diálogo apresentado, é possível perceber que o entrevistado sofre três formas distintas de discriminação, a primeira por sua origem nacional e étnica (ao tentar falar para o colega de trabalho os motivos de sua estada no Brasil), a segunda por sua classe social (por ser oriundo de um país empobrecido) e a terceira por questões raciais, motivadas pela ideia biologizada de “raça” (presente no imaginário social brasileiro), devido a influência da política de branqueamento desenvolvida no Brasil no século XIX (SKIDMORE, 1976). No último caso é possível observar que o engenheiro ao chamar o haitiano de “negro claro” deixa subentendido que o comportamento desejado de um sujeito e sua aceitabilidade na sociedade brasileira poderiam estar relacionados à cor de sua pele, ou seja, quanto menos negro (ou mais branco) mais aceitável (SKIDMORE, 1976).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa de campo, foi possível perceber como o sistema-mundo colonial difundiu nos países colonizados, desde o século XVI, a ideia da existência de diferentes raças humanas, constituindo desigualdades sociais baseadas na ideia sociopolítica de “raça”, evidenciando e potencializando diferenças baseadas em valores estabelecidos pelo mundo europeu com o surgimento da modernidade. Nesse contexto, a pesquisa apontou que os imigrantes haitianos em Porto Velho, Rondônia, são classificados a partir de relações binárias (branco/não-branco, nacional/estrangeiro, empobrecido/não-empobrecido) hierarquizantes, por meio das quais são subordinados em diversos espaços sociais, em especial os relacionados ao trabalho, deslocando-os para o exercício de serviços subalternos e atividades sociais periféricas, independente de sua formação profissional ou pessoal no país de origem.



REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, p. 89-117. 2013.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013 [1949].
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Trad. Enile Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GLICK-SCHILLER, Nina e FOURON, Georges. *Laços de Sangue: “Os fundamentos raciais do estado-nação transnacional”*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 48, Junho 1997, p. 33-66.
- GROSFUGUEL, Ramon. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, 2008, p. 115-147.
- HANDERSON, Joseph. “Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa”. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MIGNOLO, Walter. “La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial)”. *Crítica y Emancipación*, (2): p. 251-276, primer semestre 2009.
- QUIJANO, Anibal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, 2000, p. 342-386.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.